

SÁTIRA ANTI-CASTELHANA E (RE)CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA NO PORTUGAL RESTAURADO

Paulo Silva Pereira

CLP - Universidade de Coimbra

RESUMO

Todas as atividades culturais são um instrumento privilegiado na construção de representações que, pela geografia e pela história, sustentam a ideia de comunidade. O período filipino e a Restauração vieram exacerbar sentimentos de orgulho etnocêntrico e mostrar que a reivindicação de independência política tinha subjacente uma consciência identitária própria. Longe de ser uma especificidade das elites sociais e políticas, assume-se como dinâmica transversal que atravessa todo o espectro cultural que vai das tradições populares ao trabalho de raiz intelectual, demonstrando a existência de laços de solidariedade suficientemente fortes entre os membros desta comunidade que se via como portuguesa e, logo, diferente da castelhana. Este artigo procura abordar textos satíricos que exploram factos e circunstâncias dessa conjuntura histórica.

Palavras-chave: Restauração, sátira, identidade nacional, comunidade.

ABSTRACT

All cultural activities are a privileged instrument in the construction of representations that sustain, by geography and history, the idea of community. The Philippine period and Restauração (the restoration of Portuguese autonomy) exacerbated feelings of ethnocentric pride and showed that the struggles for political independence were accompanied by a strong national consciousness. Far from being unique to social and political elites, the process reveals a special dynamics across the whole cultural spectrum

from popular traditions to intellectual work, demonstrating the existence of strong bonds of solidarity between the fellow-members of this community seen as Portuguese and, therefore, different from the Castilian. This article is a study of satirical texts which explore facts and circumstances of that historical moment.

Keywords: Restoration, satire, national identity, community.

Tempos de crise ou de fratura política, como os que se viveram em território português nos anos que antecederam a Restauração da independência em 1640 e nos que se lhe seguiram, são tendencialmente propícios ao reforço da autoimagem identitária da nação. Em cenários tão diversos quanto os da poesia, do teatro, da oratória sagrada ou até mesmo da produção jurídico-política que visava sustentar a legitimidade da causa brigantina, vai ganhando corpo um projeto de reconstrução memorial e de narrativização da experiência coletiva que visam produzir um efeito de unidade e coerência. Muitos desses textos ocupam as margens do nosso sistema cultural, ou porque a sua valia estética não era de molde a garantir uma prática continuada de leitura para além do seu próprio tempo, ou porque os vários agentes que controlam as operações de canonização não hesitaram em retirar-lhes importância, mas para o estudo que aqui se pretende levar a cabo são pelo menos tão relevantes quanto as obras maiores, até por evidenciarem formas de sentir e de pensar que estão para além do horizonte das elites. Não se pode dizer que esse esforço de afirmação tenha sido francamente inovador, porque os portugueses, ao contrário do que sucedia com outros povos europeus, vinham refletindo, até por imperativos de carácter histórico, sobre o alcance dessa consciência nacional desde há muito. Por outro lado, enquanto processo relacional e dinâmico, a constituição identitária pressupõe, além da

relação interna entre vários componentes, uma série de mecanismos de reconhecimento do outro, de relação com o exterior (o mesmo é dizer: com a parte restante da Península).¹

Se é verdade que não existia um quadro de homogeneidade ideológica ou de unanimidade, até porque no teatro político-social estavam em causa interesses divergentes no que toca à manutenção da Monarquia Dual, também é certo que esse ato de “narrar a nação” comporta fatalmente a exclusão de figuras ou factos que pudessem, de algum modo, denunciar a existência de tendências perturbadoras no seio da comunidade. Por outras palavras, a vontade de fixar de modo global e impositivo uma certa identidade cultural pode ser concebível num plano abstrato, mas dificilmente sê-lo-á no terreno das práticas e dos comportamentos, o que não significa que não se possa caminhar idealmente nessa direção. A questão da língua é, por sobre todas, a mais sensível, pois funcionando como signo (ostensivamente válido) de pertença ao círculo comunitário, podia ser, como foi, objeto de um outro tipo de investimento, dir-se-ia estratégico, por parte de muitos intelectuais e homens do poder. De facto, abundam os casos de autores cujo amor à Pátria não sofre contestação, se tomarmos em linha de conta o teor da sua escrita e as circunstâncias em que fizeram valer as suas posições, e que optaram por veicular as suas ideias em idioma castelhano como forma de alcançar um público mais vasto e instruído. Mas, se o argumento utilitário era forte, havia que superar primeiro os entraves de consciência e neutralizar eventuais objeções dos pares. É em boa medida isso que explica a proliferação, sobretudo em textos prefaciais, de uma tópica

1 É pertinente lembrar, a este propósito, o ponto de vista de William Connolly: «An identity is established in relation to a series of differences that have become socially recognized. These differences are essential to its being. If they did not coexist as differences, it would not exist in its distinctness and solidity [...] Identity requires difference in order to be, and it converts difference into otherness in order to secure its own self-certainty» (Connolly, 2002: 64).

justificativa que pudesse rasurar qualquer vestígio de infidelidade. Vemo-lo, de modo claro, em autores que desenvolveram um trabalho de propaganda político-ideológico muito ativa (António de Sousa de Macedo, Francisco Manuel de Melo), mas seria fastidioso convocar aqui esse largo número de homens e mulheres (estou a pensar, neste caso, nomeadamente em Bernarda Ferreira de Lacerda e sua *Hespaña Libertada. Parte primera. [...] Dirigida al rey catholico de las Hespañas don Philippe tercero deste nombre nuestro señor*, Lisboa: en la oficina de Pedro Crasbeeck, 1618).

Que a eleição da língua castelhana não se ficava a dever, em bom número de casos, a qualquer adesão ao ponto de vista do adversário ou sequer a critérios de mercado, mas antes se revestia de alcance subversivo é algo que se pode reconhecer pela engenhosa estratégia de justificação que Domingos Pereira Bracamonte leva a cabo no texto que fez publicar em 1642 sob o título de *Banquete que Apolo hizo a los embaxadores del Rey de Portugal Don Juan Quarto*:

su intento fue ministrar los manjares de ella a lo Portugués, mas Apolo le mandó que fuesen a lo Castellano, porque la lengua de los Portugueses era tan fácil y su ingenio tan dócil que se acomodaba con la castellana como si fuese portuguesa, y que los castellanos solamente se entendían con la suya, habiéndose con la portuguesa peor que con la griega, no porque su idioma no fuese claro, grave y sincero, mas porque ellos naturalmente siempre fueron más solícitos en procurar tragar lenguados de Portugal, que no su lenguaje, y ojalá que la golosina y codicia de su tragadero para solamente en lenguados y regalos semejantes, mas es tan voraz que ya lo tuviera tragado todo si la mano de Dios no suspendiera su tiranía.²

2 Bracamonte, 1642: 8-9.

Este fenómeno do bilinguismo que tomava por base as duas línguas hegemónicas da Península tinha, acima de tudo, uma dimensão instrumental e, enquanto facto cultural, não é distinto de outros fenómenos similares, como o que ocorria com o latim. Em suma, se a penetração da língua castelhana no universo cultural português já vinha de longe, compreende-se que não desaparecesse de modo brusco com a irrupção do movimento restauracionista.

Por outro lado, ainda que a linha de demarcação do território a que se convencionou chamar *Portugal* tenha um grau de antiguidade e de fixidez, só muito pontualmente abalada, que podemos considerar incomum à escala mundial, ela nunca se mostrou intransponível para os que cá ou lá desejavam estabelecer um intercâmbio recíproco. De acordo com as circunstâncias históricas assim pode variar o seu grau de espessura, mais cavada se no ar paira o espectro da ameaça, mais dúctil se o clima é de distensão.³ Sem entrar agora no domínio das causas profundas e complexas que ora ditaram movimentos nacionalistas de carácter centrífugo ou uma tendência centrípeta e centralista, o certo é que sempre subsistiram, entre os povos que partilham este espaço físico, afinidades de ordem histórica, linguística, cultural ou religiosa, para não alongar mais o elenco. Em dois trabalhos separados por quase um século de distância, Ricardo Jorge e Vítor Aguiar e Silva contribuíram, cada um a seu modo, para projetar alguma luz sobre esse processo ininterrupto e mutuamente fecundante, lançando mão dos conceitos operatórios de «intercultural» e de «comunidade interliterária», respetivamente.⁴ Ambos são bem reveladores de uma

3 Martim de Albuquerque, em *A consciência nacional portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas*, salienta: «A noção de *fronteira-zona-de-combate* reanima-se com a Restauração de 1640, e a partir da paz, em 1668, é realidade para sempre a *fronteira-alfandegária*. Juntas à ideia de *demarcação geográfica* estas noções vão constituir o moderno conceito de *fronteira*. (1974: 296-297).

4 Ricardo Jorge, 1921 e Vítor Aguiar e Silva, 2008.

orientação de pesquisa que, procurando passar além de preconceitos atávicos, se esforça por identificar processos de desenvolvimento e evolução dos fenómenos literários que vão muito para além das fronteiras das literaturas nacionais.⁵

Sendo isto verdade, não se pode negar, contudo, a existência de propostas de formação de um cânone que, visando reforçar a simbologia da identidade nacional, tende a relegar para segundo plano as manifestações literárias mais próximas das matrizes castelhanas e a exaltar modelos de inspiração mais patriótica. Muito por causa do seu poema épico, que foi tomado como síntese (aparentemente perfeita) da identidade e da vocação imperial dos portugueses, mas também devido ao mito que em torno de si se constituiu, Camões ocupava o lugar central desse núcleo canónico e foi objeto de sucessivas apropriações de teor político-ideológico. Tanto assim que do mesmo passo que servia para erigir um modelo de identificação do destino coletivo, também de forma colateral abria caminho para a secundarização (quando não esquecimento) de formas alternativas de pensar a nação. A fortuna editorial de que gozou (sobretudo em comparação com outras figuras tutelares do sistema literário português como Sá de Miranda, António Ferreira ou Diogo Bernardes) é, só por si, um bom indício dessa prestigiante condição de “Príncipe dos poetas” e voz da nação. Georges Le Gentil que via, com algum fundamento, n’ *Os Lusíadas* um «manual de patriotismo», lembrava o quanto o poema contribuiu, «durante os sessenta anos que durou, sob a aparência

5 Contrariamente à tese sustentada por Hernâni Cidade, na sua obra *A literatura autonomista sob os Filipas*, quanto ao cultivo do género épico «por motivos patrióticos» e «por intuito de exaltação nacional», Eugenio Asensio desenvolve uma linha de leitura que tende a pôr em evidência o que mais aproxima, e não tanto o que separa, os dois reinos peninsulares: «a lealdade ao monarca, a defesa e prosperidade do império, o catolicismo militante e missionário, a unidade de sangue e tradições históricas» (Asensio, 1949: 95), lançando mão de um *corpus* textual mais alargado do que tivera em conta o estudioso português.

de um regime dualista, a dominação espanhola, para a salvaguarda do sentimento nacional ameaçado pela corrupção e pelo acomodamento de uma servidão mal disfarçada»⁶.

Ora, para uma dramaturgia em busca de identidade própria como era a portuguesa no período pós-restauração (e ainda durante largo tempo), a questão era mais sensível, porque continuava a ser muito considerável o peso da comédia enquanto género teatral fortemente tributário da tradição espanhola. Não espanta, por isso, que no âmbito desse confronto simbólico entre tradições culturais tão desiguais venha ao de cima um esforço reivindicativo que, por vezes, descambava numa formulação mais verrinosa. Assim, na peça de Leonardo Saraiva Coutinho que tem por título *Contra si faz quem mal cuida* (Lisboa, Paulo Craesbeeck, 1644), assiste-se a intenso debate entre um português e um castelhano sobre as condições de existência (e eventual sucesso) de uma comédia em língua portuguesa. O passo que resolvemos transcrever constitui parte da resposta do português à intervenção sarcástica do adversário e, além de mostrar o desejo de visitar um filão antigo e autóctone em termos de trabalho teatral, aposta claramente no rebaixamento do outro:

Será porque em Portugal
 pera entrarem nas comédias
 não se acha tanto vadio
 como quantos tem Castela.
 E não por falta de engenho
 nem da língua portuguesa
 pois não tem a castelhana
 nenhum partido com ela.
 Donde autores portugueses

6 Georges Le Gentil (1969: 224).

(nessas antigas comédias)
logo que tal vez queriam
que se introduzisse nelas
diabo, mouro, gentio
bobo, fantasma, quimera
e outros redículos mais
desta semelhança mesma,
quasi sempre em castelhano
falavam desta maneira
sendo o mais resto da obra
todo em língua portuguesa,
como se o mouro, o diabo
bobo, fantasma, quimera,
só falassem castelhano
por virem de Castela.⁷

Da sujeição da atividade cultural aos desígnios políticos da nação e aos interesses de certos setores sociais, dão conta vários testemunhos, mas centremo-nos por agora na dinâmica de ressemantização que tem por foco a figura de D. Nuno Álvares Pereira e a sua ação político-militar. Ligado como estava às origens da Casa de Bragança e, por essa via, muito próximo do candidato ao trono português que se perfila nas primeiras décadas do século XVII, o Príncipe D. João (futuro D. João IV), era natural que pudesse entrar no circuito simbólico do tempo e fosse posto ao serviço da engrenagem mecenática, para garantir ganhos de prestígio, mas tinha ainda a seu favor a circunstância especial de estar ligado a um momento crítico de refundação do reino, em 1383-85, contra o inimigo espanhol. Como operador da memória coletiva, transporta consigo a vontade irreprimível

7 *Apud* José Camões (2010: 139).

de um destino próprio. Na verdade, cerca de dois séculos e meio separam esses acontecimentos históricos, mas de modo semelhante ambos põem em cena (e relançam para o futuro) uma mesma teleologia que, entre outros vetores, reclama esse radical afastamento face ao vizinho peninsular e um destino de carácter providencialista.⁸

Fazendo parte da antecâmara que lentamente prepara a eclosão do golpe do 1.º de Dezembro, o episódio histórico que ficaria conhecido sob a forma de “alterações de Évora” de 1637, ilustra o descontentamento que alastrava entre largas franjas sociais, muito por causa da política tributária de Filipe IV, e acabou por receber significativa cobertura historiográfica por parte de escritores como Manuel Severim de Faria ou Francisco Manuel de Melo. É precisamente à luz dessa manifestação crescente de hostilidade para com o usurpador castelhano e de encorajamento dos ânimos insubmissos que se deve ler a composição dramática *Das trebulações que aflegiram o reino de Portugal no ano de 1637, por reção dos trebutos e quintos que de novo lhe queriam dar*, que figura no códice 29 da Biblioteca Geral da Universidade de Coimbra e que foi pela primeira vez publicada por Maria Luísa Lemos. Com base na interação entre personagens alegóricas – Portugal e um seu criado, «um castelhano mui oufano», as cidades de Lisboa e de Évora, e «uma famosa dama que tem por nome a Fama» – vai tomando forma o exercício contrastivo entre a glória passada da nação e a apagada tristeza do presente de escrita. Bastaria,

8 Em *Sales españolas o agudezas del ingenio nacional*, coletânea organizada por Antonio Paz y Meliá e publicada na coleção «Biblioteca de Autores Españoles» (Madrid, 2.ª edição, 1964), podemos encontrar anedotas, ditos e textos parodísticos que têm por base personalidades, acontecimentos históricos ou costumes portugueses. Um deles incide precisamente sobre um pretenso sermão pregado em Lisboa, na Igreja de Nossa Senhora da Graça, em 1545, e que pretendia celebrar a vitória de D. João I sobre o exército castelhano em Aljubarrota e leva por título (tal como consta de um manuscrito do século XVI) *Sermón de Aljubarrota con las glosas de D. Diego Hurtado de Mendoza*. Escusado será dizer que a tónica dominante vai no sentido da ridicularização do alcance simbólico que essa batalha tem no imaginário coletivo português.

de resto, considerar o teor da didascália que precede o texto para dissipar qualquer dúvida quanto ao seu alcance político-ideológico e ao seu propósito mobilizador.⁹ Perante a imagem de uma comunidade subjugada (sobretudo quando prevalece o ponto de vista popular), simbolicamente refletida nesse Portugal cansado, exangue e com orgulho ferido, que vê ameaçada a integridade territorial do que fora o seu antigo império colonial, intensifica-se o anseio autonomista:

Ó Portugal valeroso,
 flor de quantos no mundo havia!
 Qu'ê de a tua valentia
 e teu ânimo generoso,
 que todo o mundo corria?
 Qu'ê de as ensines vitórias
 que pelo mundo alcançavas,
 de que tanto te prezavas?¹⁰

Num processo de recomposição identitária como o que estava em curso na comunidade portuguesa (pelo menos, nalguns sectores dela), os fragmentos do passado funcionavam como garantia de estabilidade e de continuidade para o futuro. Tudo se joga entre a memória do que se foi e a expectativa do que virá a ser.

Por vezes, até mais do que a rutura da Monarquia Dual, o que parece mobilizar a personagem mais interventiva de toda a peça, o Criado, que opera como porta-voz da consciência portuguesa, é a denúncia do profundo mal-estar:

9 Cf. «E neste tempo começaram a fazer novas saudades as lembranças do seu antigo condestable Dom Nuno Álvares Pereira, pois já em outro tempo livrou a Portugal de uma trebulação, com a forte espada na mão» (Lemos, 1988: 209).

10 Lemos, 1988: 244.

Ó majestade real,
 que em Espanha reinais,
 dessa corte onde estais
 ponde os olhos em Portugal
 e ouvi também seus ais!
 Olhai, que nele vereis
 ser flor que se amostrou,
 a melhor que se plantou.
 Hoje, nele achareis
 ser flor que se murchou!¹¹

Com o gradual esvaziamento político e simbólico de Lisboa como cabeça do reino e, por isso, lugar de dispensação de benesses, começa a germinar um sentimento de humilhação entre todos quantos se veem obrigados a deslocar-se à corte madrilena, para despacho de cargos e mercês, mas sem obter resultados convincentes, como mostra o seguinte passo:

Eu, à terra de castelhanos,
 por certo que não irei,
 que despacho não terei.
 Em que esteja lá dez anos,
 nunca hei-de ver el-rei!
 [...]
 Se hoje um português
 quer petição despachada,
 leva a mão carregada.

11 Lemos, 1988: 254.

Está lá dous anos e três,
sempre acha a porta fechada...¹²

Quase pela mesma altura, a 14 de Agosto de 1638, por ocasião da festividade (dita do Pelote) que pretendia assinalar a vitória portuguesa sobre as armas castelhanas em Aljubarrota, o franciscano Fr. Luís da Natividade pregava, na Colegiada de Guimarães, um sermão vigorosamente mobilizador da consciência patriótica: *Retrato de Portugal castelhano. Declamação eclesiástica*.¹³ Sabe-se hoje, graças a trabalhos de fina erudição como os de João Francisco Marques (1982; 1986), que a parenética, impressa ou correndo sob forma de manuscrito (e, nessa medida, já dificilmente recuperável), teve papel muito ativo no incitamento à causa restauracionista, mas o que torna mais valioso este testemunho é a sua densidade simbólica a resvalar para a vertente providencialista. Segundo a tradição, o pelote a que se alude pertencia a D. João I e fora por ele usado na dita batalha, o que só por si convidava a extrapolações várias sobre o estado calamitoso desse «Portugal castelhano» (para utilizar uma expressão sua) do século XVII:

Pelote a vós sem cabeça vos vejo, que mudar de cabeça cada dia é não ter cabeça própria; que como não tendes cabeça coroada, o mais, ou são barretes de espinhos, ou cousa que o valha. Enfim se vossa vida está na cabeça, apartada do corpo a tendes; não podeis viver desunido dela. Se no sangue, já o tendes esgotado, tanto que nada dele fica a vosso dono, correndo rios dele a estranhos, não a filhos, antes a muitos, que sempre vo-lo desejaram beber. E não é muito chegue tão pouco, ou nenhum, onde todo houvera de ir parar, porque todo fica nos canos dos mesmos

12 Lemos, 1988: 288-289.

13 Fr. Luís da Natividade, *Divindade do Filho de Deus Humanado*, Lisboa, 1645, pp. 429-443.

que vo-lo tiram. Resta o coração, que é o templo; já vossas lanças investem contra ele, já cegos de sua ambição brandem a lança, e apontam o lado, e fazem alvo de seus desejos vossa prata.¹⁴

Um balanço tão imparcial e fundamentado quanto possível da vigência da união dinástica levar-nos-ia por certo a reconhecer que muito foi o que os Áustrias prometeram a Portugal (logo desde as Cortes de Tomar), mas muito pouco o que realmente cumpriram e mais ainda o que foram exigindo, até ao ponto de se tornar insustentável. Por aí passou, em grande medida, o recrudescimento da hostilidade contra os castelhanos, matéria a que ainda voltaremos. Não por acaso, quando se observa a movimentação cénica do castelhano, no âmbito desta peça, bem como o teor da interação discursiva que vai mantendo com Portugal, sempre sob o olhar recriminatório do criado, fica bem patente a representação desse outro como agente invasor que sabe tirar amplo partido do bondoso acolhimento proporcionado pelo seu anfitrião.

Alvo sistemático de crítica satírica por parte de numerosos autores foi, sem dúvida, o largo investimento feito na ampliação e embelezamento do Palácio do Buen Retiro, o centro da vida recreativa e cultural da corte no reinado de Filipe IV (III de Portugal), por se considerar que tinha obrigado a pesados (e injustificados) tributos por parte dos súbditos portugueses. Muito embora uma tal crítica seja anterior a 1640, ganhou contornos mais densos e mais insistentes logo após, transformando-se o edifício em emblema da tirania castelhana, como se percebe por um ou outro passo de *Anticaramuel o defença del Manifiesto del Reyno de Portugal*, de Manuel Fernandes de Vila Real, ou de *Restauração de Portugal prodigiosa*¹⁵, mas é preferível

14 Natividade (1645: 439).

15 Respetivamente, Paris, 1643, p. 36 e Lisboa, 1643, p. 353.

ainda assim avançar um exemplo da já citada obra de Bracamonte, por avivar mais os contrastes em termos de representação das figuras políticas e recorrer à equiparação (muito comum, por sinal, na altura) entre o sítio real madrileno e um galinheiro (um dos projetos que existia para aqueles terrenos):

hacer de un gallinero palacio de retiro para pasatiempos y delicias, hurtando el cuerpo a las audiencias de sus vasallos, no es obra, no, de un Felipe el Grande, capricho sí de un Conde [Duque de Olivares] gallina, de un ingenio diablo o Satanás privado, nombre que le dio el Quevedo, coronista del Infierno o papelista de los *Sueños*, en un librito, que hizo una vez, que escribió despierto, adonde nos pinta el buen gobierno de Su Excelencia, con título de tiranía de Satanás.¹⁶

Como fazia questão de notar Lía Schwartz Lerner, a referencialidade é uma das convenções do género satírico, mas ainda que responda a um propósito de verosimilhança e de contextualização, não se trata de *real*, senão de *reconhecível* e, por isso mesmo, mediatizado pela ficcionalidade satírica, ou seja, algo de projetado a partir da ótica particular do autor.¹⁷

Muito embora todos tenhamos noção da extrema diversidade de procedimentos que anda associada a este campo, a investigação levada a cabo por Edward Rosenheim (que aqui recuperamos por via de um ensaio de William Woodhouse¹⁸) permitiu estabelecer uma escala satírica (*satiric spectrum*) que vai do tratado do moralista, passando pela sátira mais incisiva, mas com intuito corretivo, até culminar na expressão burlesca em que a comicidade assume o papel mais relevante, desaparecendo de todo o propósito de repreender vícios.

16 Bracamonte (1642: 159).

17 Schwartz Lerner (1987: 215-223).

18 Woodhouse (1986: 752).

Sem que se possa considerar situação exclusiva deste contexto histórico ou sequer do âmbito peninsular, o certo é que havia uma predisposição muito forte para a prática da murmuração, sob distintas formas, a estratégia de apodar o outro, a sátira estudantil em contexto universitário, a crítica mordaz e ofensiva contra os maus poetas ou a poesia de inferior qualidade, a elaboração de pasquins de teor mais ou menos subversivo, pelo que o recurso à escrita em verso acompanhada da utilização de léxico injurioso, o humor, as locuções hiperbólicas eram estratégias recorrentes de exteriorização anónima de juízos reprimidos, tanto do ponto de vista social como institucional.

Não resta hoje qualquer dúvida, na sequência de uma série de estudos levados a cabo durante o século passado e início deste, de que a manutenção da independência reconquistada em 1640 obrigou a um esforço considerável, não só nas vertentes diplomática, militar e de sustentabilidade económica do reino, mas também no campo da legitimação do novo poder político e da difusão massiva, através de manuscritos ou impressos, de propaganda em favor da causa de Bragança e dos valores nacionais. Não se pode dizer, contudo, que estas formas de publicística polémica ou de sátira política, com recurso aos mais diversos meios (imagens, sermões, panfletos), constituam um fenómeno apenas posterior à saída de Portugal da Monarquia dos Habsburgos, pois desde cedo se fez sentir em determinados círculos o mal-estar pela unificação ou o desagrado pela ausência do rei, mas certamente passaram a refletir um grau de antagonismo mais robustecido. O lote de agentes com capacidade para pôr a circular essa informação, recorrendo de modo indiscriminado a impressores e copistas, estava longe de se restringir ao âmbito oficial (consideremos aqui a atividade desenvolvida sob patrocínio direto do Duque de Bragança e, mais tarde, sob alçada do novo poder político) e alguns desses textos, pela sua natureza residual ou precária, conseguiam mesmo passar

à margem dos mecanismos de vigilância ou só eram examinados *a posteriori*. Seja como for, resulta claro o contributo inestimável que essa massa enorme de folhetos, panfletos e opúsculos, habitualmente designada sob a forma tradicional de *papéis*, teve na consolidação do movimento restauracionista, até pelo seu grau de difusão massiva.

Fenómeno digno de atenção, ainda que ultrapasse o âmbito definido para este trabalho, é o que diz respeito à proliferação de material satírico produzido e posto a circular sobretudo por altura das campanhas militares (de 1640 a 1668) que procurava tirar partido dos fracassos para intensificar a crítica interna ao governo da Monarquia Hispânica. Em sucessivas ocasiões e em virtude da pesquisa desenvolvida em vários arquivos, Fernando Bouza Álvarez tem procurado mostrar essa face seguramente menos visível, porque prevaleceu quase sempre o sentido de enfrentamento polemístico entre dois reinos e não tanto esta perspetiva do que estava a acontecer do outro lado da fronteira, com a formação de um amplo espaço de discussão e opinião alimentado por panfletos. De entre os vários exemplos que apresenta, nomeadamente no ensaio “Papeles, batallas y público barroco. La guerra y la Restauración portuguesas en la publicística española de 1640 a 1668”, vale a pena assinalar o fenómeno de criação de “sátira parateatral”, em geral sob a forma de comédia, que toma por base altos dignitários do poder político que estiveram, de algum modo, envolvidos em derrotas do exército castelhano, como acontece com Luis Méndez de Haro, “fiero general de tanto / volante escuadrón de liebres”, e o desastre das Linhas de Elvas em *El engaño en la victoria. Comedia famosa* ou com Luis de Benavides, Marquês de Caracena e derrotado em Montes Claros em *Comedia famosa jamás vista ni representada La verdad hace señor*. Do elenco de personagens desta última fazem parte Portugal, Castela e a Verdade e manifesta uma clara veia satírica em diálogos como o que a seguir se transcreve entre o galante Portugal e a dama Castela:

Portugal: Caracena viene / Portugal voló.
 Castilla: Es reyno con alas?
 Portugal: Bien lo sabéis vos.
 Castilla: Qué motivo tubo / su separación?
 Portugal: Mantua te lo diga / sino la razón.
 Castilla: Pudo haver remedio?
 Portugal: Esso no sé yo [...].
 Castilla: Los sebastianistas?
 Portugal: Esso se acabó / que oy Berganza buela / pero Austria no [...].¹⁹

Num contexto histórico tão marcado por antagonismos, tensões e contrastes de vária ordem, é natural que o discurso satírico se mostre permeável à circulação de imagens que visam ridicularizar, por vezes de modo especialmente corrosivo, as características, os costumes, a idiosincrasia psíquica ou física de indivíduos oriundos do outro país. É sempre difícil determinar, até pela complexa relação de referencialidade que se estabelece entre o texto e a realidade empírica, se tais imagens têm alcance intersubjetivo (no sentido de pertencerem ao acervo cultural da comunidade) ou se são imanentes a um enunciado específico (e ao autor que está por detrás dele), mas como quer que seja revela um nível de animosidade que vale a pena assinalar:

Mas lo que ellos murmuran críticos (los castellanos digo) pudieron advertir curiosos y hallarían que la bayeta de los portugueses es luto que visten por los muchos castellanos que murieron a sus manos, que siempre se preciaron de ser tan piadosos como valientes.

19 *Theatro unibersal rexio y agosto*. Bodleian Library, Oxford, Mss. Bodl. Add. A 141, fols. 237v.-240v (Bouza).

Botas calzan los portugueses y de botas se precian los castellanos; unos las pisan con los pies, otros las trasladan a sus cabezas, volviéndolas tal vez botas. No negaré que sus damas son bizarras en el vestir, y en el meneo, y desenfado más atractivas de pensamientos locos, pero las portuguesas, con su bayeta solamente, sin otro artificio de galas y curiosidad de afeites, son tan hermosas y honestas que para pintar una hermosura honesta o una honestidad hermosa basta solamente retratar una portuguesa.²⁰

Ninguém duvida de que o etnocentrismo, ao insistir na vigência dos traços particulares de uma dada comunidade, sobrevalorizando o que permite distingui-la de outra(s), pode arrastar consigo também um sentido de desconfiança e de intolerância face ao elemento exterior. Ainda que sem o apoio de uma base estatística fiável, por se tratar de um território literário e cultural ainda longe de estar totalmente cartografado, creio poder afirmar que se assistiu, por estes anos, a um aumento significativo da escrita satírica, em articulação até com outros géneros como o panfleto político e muitas vezes a coberto do anonimato. Ora, um observador atento desse *corpus* não deixará de se aperceber da notável frequência com que aparece explorada a metáfora matrimonial (e posterior divórcio) das duas coroas peninsulares. Em si mesma, esta formulação tinha uma larga tradição no domínio político-jurídico, mas em enunciados como *Mote e Grosas que se fez na Acclamação delRey D. João o quarto* é posta ao serviço da sátira:

Portugal e mais Castella
nunca foram bem casados,
agora estão apartados
dizem que sem querer ella.

20 Bracamonte (1642: 73).

[...]

Tinha a mulher taes costumes
 que em vez de pedir a mão,
 puxava de cabeção
 ao marido com ciumes;
 fez-lhe elle então seus queixumes
 sentindo os juroz quebrados,
 e os comeres tão salgados
 que o sal lhe tirava o gosto.
 Em fim por quinto desgosto
 agora estão apartados

Elle vive mui contente
 por ver que se desquitou,
 ella o desquite chorou
 que o bem perdido se sente;
 cuida porém muita gente
 que Portugal torne a vel-a,
 mas se houver de recebel-a
 será com festas de fogo
 e pode ser que seja logo,
 dizem que sem querer ella.²¹

De modo muito semelhante, Domingos Pereira Bracamonte em *Banquete* explora a questão num soneto:

Com intrincado nó, com duro laço
 Foi com Castela Portugal unido;

21 Braga (1915: 19-20)

Ela mulher lasciva, ele marido
Debilitado então de um grão fracasso.

Tendo muitos, só deste fez caso,
Este entre todos era o mais querido;
Porém foi seu querer tão fementido,
Que quasi o tinha posto no espinhaço.

Dom João, Alexandre Lusitano;
Vendo o seu Reino em tão mísera sorte,
Inspirado d'impulso soberano;

O dividiu da adúltera consorte,
O vínculo cortando e nó gordiano,
Com duros golpes de seu braço forte.²²

Seja-me permitido invocar ainda um último texto que aparece transcrito em *Alegrias de Portugal ou lágrimas dos castelhanos*, de Leonardo de Sá Soto Maior, sob o título de «Guíneo à ditã de Portugal», porque procura representar esse eventual entusiasmo que varreu as possessões territoriais portuguesas, logo após o 1º de Dezembro, com a particularidade de recorrer à chamada “língua de negro”:

Ay zezu quassi samo contenti
cõ essi noua qui angola nos dá,
pro qui dise qui nossa Seoro
pro sua uirtudo nos quere forar.
[...]
Hosi posi qui nos samo libro

22 Bracamonte (1642: 161).

toro dia mi ay di frogar,
 boso cuda qui samo cattiuo?
 a rixe Cassella bos uay infrocar.

[...]

Protugueseza tem sua ganje,
 bem podemo fidargo xamar,
 ná samo cattiuo di Cassella,
 sina samo fio di Rey Protugar.

Toro genti fase mutto fessa
 Congo, Fullo, Brazil, Angolá
 Nortí, Suro, Liuanti, Ponenti,
 pos ueamo qui a toro talben alcãsar.²³

Em jeito de conclusão, é importante lembrar que a atividade cultural, com particular destaque até para o campo da produção literária, é um instrumento privilegiado na construção de representações que, pela geografia e pela história, sustentam a ideia de comunidade. Ora, o período da dominação filipina e das lutas da Restauração veio exacerbar sentimentos de vivo orgulho etnocêntrico e mostrar, por outro lado, que a reivindicação de independência política tinha já subjacente uma consciência identitária própria (facto que deveria fazer pensar alguns historiadores portugueses demasiado preocupados em provar que o ato inaugural da “nação” apenas se verificou em Oitocentos e que tudo o que até aí existia era de ordem puramente residual²⁴). Muito longe de ser uma especificidade das elites (nobilíárquica, clerical, letrada, burocrática), assume-se, como já foi demonstrado por estudiosos como Luís Reis Torgal ou Martim de

23 Soto Mayor (1947: 34-35).

24 É possível detetar a ocorrência, em muitos textos anteriores ao século XIX, dos termos “pátria” e “nação” para designar essa entidade, embora se deva observar que o respetivo sentido

Albuquerque, como dinâmica transversal que percorre todo o espectro que vai das tradições populares ao trabalho de raiz intelectual, demonstrando a existência de laços de solidariedade suficientemente fortes entre os membros dessa comunidade que se via como *portuguesa* e, logo, diferente da *castelhana*. Por outro lado, se a identificação do que é próprio não se faz sem referência ao “outro”, no caso português (e até por razões de ordem física), o castelhano/espanhol é o elemento mais relevante de entre os vários “significantes outros” que entram na constituição, pelo confronto, das identidades nacionais. E, como tal, é sobre ele que se concentram, nalguns momentos históricos, grande parte das tensões e das projeções fantasmáticas que assolam o espírito da comunidade.²⁵

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Martim de (1974). *A consciência nacional portuguesa. Ensaio de História das Ideias Políticas*, Vol. I, Lisboa.
- ASENSIO, Eugenio (1949). «España en la épica filipina. Al margen de un libro de H. Cidade», em *RFE*, XXXIII, pp. 66-109.
- BOUZA, Fernando. «Papeles, batallas y público barroco. La Guerra y la Restauração portuguesas en la publicística española de 1640 a 1668». <<http://www.frenteira-alorna.pt/Textos/papelesbatallas.htm>> [Consulta 19.10.2014]
- BRACAMONTE, (1642). *Banquete que Apolo hizo a los embaxadores del Rey de Portugal Don Juan Quarto...*, Lourenço de Anvers. <http://purl.pt/14125/4/1-1338-a_PDF/1-1338-a_PDF_24-C-R0150/1-1338-a_0000_Obra%20Completa_t24-C-R0150.pdf> [Consulta 19.10.2014]

possa variar historicamente. Em todo o caso, no contexto português, o processo de “invenção da tradição” (para retomar a célebre expressão de Eric Hobsbawm) evolui lenta e gradualmente.

25 Veja-se a este propósito António de Oliveira (1990).

- BRAGA, Teófilo (1915). «A Revolução de 1640 e o terror bragantino», *Atlântida*, ano I, pp. 19-20.
- CAMÕES, José (2010). «Portugal restaurado: del combate político-militar al combate lingüístico en el teatro del siglo XVII», in *La cultura del barroco español e iberoamericano y su contexto europeo*, ed. K. Sabik, K. Kumor, Varsóvia: Instituto de Estudios Ibéricos e Iberoamericanos da Universidade de Varsóvia, pp. 131-140.
- CONNOLLY, William E. (2002). *Identity/Difference. Democratic negotiations of political paradox*. Expanded ed., Minneapolis/London: University of Minnesota Press [1991].
- JORGE, Ricardo (1921). *A intercultura de Portugal e Espanha no passado e no futuro. Conferência plenária proferida a 27-6-1921 no Porto, perante o Congresso Científico Luso-Espanhol*. Com um prefácio da Professora D. Carolina Michaëllis de Vasconcelos, Porto: Araújo e Sobrinho, Suc.
- LE GENTIL, Georges (1969). *Camões*. Trad. e notas de José Terra, Lisboa: Portugália Editora, 1969.
- LE MOS, Maria Luísa (1988). *A literatura autonomista no século XVII, através do códice 29 da Biblioteca Geral da Universidade*, in *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, n.º 40.
- MARQUES, João Francisco (1982). «O retrato de Portugal Castelhana de Fr. Luís da Natividade no âmbito da parenética autonomista da década de 1630-40», in *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*, vol. V, Guimarães, pp. 197-255.
- MARQUES, João Francisco (1986). *A Parenética Portuguesa e a Dominação Filipina*, Porto: INIC-Centro de História da Universidade do Porto.
- OLIVEIRA, António de (1990). *Poder e oposição política em Portugal no período filipino (1580-1640)*, Lisboa: Difel.
- PAZ Y MELIÁ, Antonio (1964), *Sales españolas o agudezas del ingenio nacional*, col. «Biblioteca de Autores Españoles», Madrid, 2.^a ed.
- SCHWARTZ LERNER, Lía (1987). «Formas de la poesía satírica en el siglo XVII: sobre las convenciones del género», *Edad de Oro*, VI, pp. 215-223.

- SILVA, Vítor Aguiar e (2008). «Camões e a comunidade interliterária lusocastelhana nos séculos XVI e XVII (1572-1648)», in *A lira dourada e a tuba canora: novos ensaios camonianos*, Cotovia, pp. 55-92.
- SOTO MAYOR, L. S.. (1947). «Alegrias de Portugal ou Lágrimas dos Castelhanos na Feliz Aclamação de El-Rei D. João o Quarto». *Separata da Revista Independência (vol. VI-VII-VIII)*. Porto: Imp. Portuguesa.
- WOODHOUSE, William (1986). «Hacia una terminología coherente para la poesía satírica del Siglo de Oro», *Actas del VIII Congreso Internacional de Hispanistas*, eds. J. Amor y Vázquez, R. H. Kossoff, A. D. Kossoff e G. Ribbans Madrid: Istmo, II, pp. 749-753.